



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 35/XI/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de Junho de 2010, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala Sophia do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1 - Apreciação e votação do Projecto de Resolução elaborado no âmbito do Parecer da CAE sobre o Relatório do Governo: "Portugal na União Europeia - 2009";**

O Sr. Presidente da CAE recordou que a CAE havia deliberado, na última reunião, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) *ad hoc* com a finalidade de obter um texto consensual para este Projecto de Resolução (PJR), após as sugestões apresentadas pelo GP do PSD. Neste GT participaram os Srs. Deputados José de Bianchi (PS), Luísa Roseira (PSD) e João Serpa Oliva (CDS-PP), tendo sido elaborado o texto que foi distribuído pelos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) usou da palavra para anunciar que o PCP iria votar contra.

O PJR foi aprovado, com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP, e com o voto contra do PCP, tendo-te registado a ausência do BE.

**2 - Apreciação e votação do Parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2010 [COM (2010) 135], bem como definição das prioridades para Escrutínio Reforçado;**

O Sr. Deputado Arménio Santos (PSD) apresentou o seu Parecer sobre esta matéria. Porém, dado que havia ainda algumas Comissões que estavam a finalizar os seus pareceres (designadamente a 5ª e a 7ª), a apreciação e votação do mesmo foi adiada para a próxima reunião da CAE, de modo a que o processo em sede de Comissão possa estar finalizado a tempo do Plenário de dia 16 de Julho.

### ***3 - Apreciação do Relatório sobre a participação da Comissão de Assuntos Europeus na XLIII COSAC, Madrid;***

O Sr. Presidente da CAE apresentou o seu relatório sobre esta matéria, tendo destacado o grande interesse desta XLIII Reunião da COSAC, onde foram debatidas temáticas de grande substância e relevo políticos. Sublinhou a troca de impressões relativa ao papel futuro da COSAC, a qual prosseguirá na próxima COSAC, a realizar em Bruxelas no mês de Outubro. Por outro lado, considerou que a presença do Presidente do Governo espanhol e presidente em exercício do Conselho da União Europeia, J.L. Rodriguez Zapatero, e do Secretário de Estado espanhol para os Assuntos Europeus, Diego Lopez Garrido, foram também de grande utilidade.

Por fim, o Sr. Presidente destacou a intensidade e a qualidade da participação da delegação da AR a esta COSAC, que em muito contribuiu para o debate.

O Sr. Deputado Pedro Duarte (PSD) agradeceu a apresentação deste Relatório, e destacou igualmente a qualidade da intervenção do Sr. Presidente da CAE, enquanto orador convidado da XLIII COSAC.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) subscreveu as palavras do orador anterior. No período dedicado aos outros assuntos, regressou ainda a este ponto para solicitar que fique registada em acta a sua apreciação muito positiva relativamente à qualidade da assessoria prestada durante a reunião pelos Serviços de Apoio Técnico da CAE, designadamente pelo Dr. Bruno Dias Pinheiro, que acompanhou a Delegação.

### ***4 - Deliberação sobre a posição da Comissão de Assuntos Europeus relativa à definição de Acto Legislativo no âmbito do Tratado de Lisboa;***

O Sr. Presidente sugeriu que este ponto fosse adiado para a próxima reunião da CAE, dado que o Governo ainda não havia enviado a nota informativa sobre esta matéria que foi solicitada. Esta sugestão colheu o acordo dos restantes GPs.

### ***5 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:***

- *Relatório da 11ª CTSSAP sobre a COM (2010) 204 Final - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à livre circulação dos Trabalhadores na União (Codificação);*

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o seu parecer sobre esta matéria, tendo destacado a importância desta matéria e a necessidade de acompanhar, em permanência, os seus desenvolvimentos.

O parecer foi aprovado por unanimidade, com os votos do PS, PSD, CDS-PP e PCP.

*- Relatório da 1ª CACDLG sobre a COM (2010) 119 e SEC (2010) 370 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à iniciativa da cidadania;*

O Sr. Deputado Miguel Vale de Almeida (PS) apresentou o seu parecer sobre esta Proposta de Regulamento, tendo recordado o teor da audição realizada com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus sobre esta iniciativa.

O parecer foi aprovado por unanimidade, com os votos do PS, PSD, CDS-PP e PCP.

*- COM (2010) 62 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o pedido de adesão à União Europeia apresentado pela Islândia;*

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o seu parecer sobre esta Comunicação da Comissão Europeia, começando por salientar tratar-se da primeira vez que a CAE se pronuncia sobre um pedido de adesão, poder conferido aos Parlamentos nacionais (PNs) pelo Tratado de Lisboa. Esta evolução, acrescentou, é muito positiva.

Em seguida, aludiu às principais conclusões do Parecer, que se elencam de seguida:

1. A CAE regista e sublinha a decisão do Governo da República da Islândia de solicitar a adesão à União Europeia e enfatiza o compromisso assumido pelo Governo Islandês de submeter a referendo popular uma futura integração da Islândia na UE;
2. Com base no Parecer da Comissão Europeia, a CAE entende que, no essencial, existem todas as condições políticas, económicas e sociais para que, logo que se considere adequado, sejam iniciadas as negociações com vista á adesão da República da Islândia à União Europeia.
3. Sem prejuízo da definição de orientações gerais quanto a uma futura estratégia global e alargamento, a CAE entende que a abertura de

negociações com vista à adesão da República da Islândia – país membro do Espaço Económico Europeu desde 1994 - não deve ser artificialmente prejudicada ou retardada pela ausência dessa estratégia global relativa a futuros alargamentos.

4. Num contexto de abertura de negociações, a Comissão de Assuntos Europeus entende que a Islândia deve tomar iniciativas para esclarecer completamente as dúvidas existentes quanto à independência do poder judicial (no que diz respeito à nomeação dos magistrados), quanto à existência de condições propícias a criar conflitos de interesses entre o poder político e o poder económico, quanto à inexistência da possibilidade de recurso para tribunal superior em matérias laborais e quanto aos indícios de concentração dos meios de comunicação social.
5. A Comissão de Assuntos Europeus subscreve o entendimento de que a decisão de abertura das negociações tendentes a concretizar a adesão da Islândia à União Europeia não deve ter qualquer relação ou ser influenciada por questões bilaterais em aberto, mormente as que decorrem dos problemas relacionados com a falência do Banco Islandês Icesave.
6. A Comissão de Assuntos Europeus considera que a futura integração da Islândia na Política Comum de Pescas, pelo peso e importância muito substantivos que este sector tem na economia da Islândia, deve ser cuidadosamente analisada e eventualmente objecto de adequados períodos transitórios para absorver todos os eventuais impactos negativos. A CAE entende, neste contexto, que a Comissão Europeia deve antes realizar um estudo que estabeleça com rigor a natureza e a estimativa dos impactos económicos e sociais que poderão ocorrer neste sector de actividade económica – em especial na Islândia.
7. Sem prejuízo de constatar que se trata de uma actividade histórica e tradicional com relevância económica, a CAE regista negativamente o facto da Comissão Europeia não abordar a questão relativa à caça das baleias no seu relatório e parecer sobre a adesão da Islândia à União Europeia.
8. No que concerne às restantes questões, a CAE deverá prosseguir o acompanhamento do processo de adesão da Islândia à UE, em especial no que respeita à transposição do acervo comunitário.

Destas conclusões, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) deu particular ênfase aos n.ºs 3, 4, 6 e 7.

No período de debate, a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) felicitou o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pela qualidade do Parecer, que considerou extremamente construtivo para o papel da CAE. Anunciou o voto favorável do GP do PS.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) congratulou o Deputado autor do Parecer pela qualidade do mesmo, suscitando clarificações relativamente ao ponto 4 das conclusões (independência do poder judicial), questão relativamente à qual o Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) também se pronunciou.

O Sr. Deputado Honório Novo esclareceu que estas conclusões remetem para o que Relatório da Comissão Europeia sobre o pedido de adesão da Islândia à UE conclui, sendo que este parecer da Comissão é até mais peremptório em alguns aspectos.

O Sr. Presidente da CAE referiu que a CAE está a exercer as competências previstas no artigo 49.º do Tratado da União Europeia (TUE), pronunciando-se, assim, ainda antes do início do processo negocial tendente à adesão.

O parecer foi aprovado por unanimidade, com os votos do PS, PSD, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE.

## **6 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE relativamente aos Relatórios elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:**

*- Relatório da 8ª CEC sobre a COM (2010) 187 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Simplificar a execução dos programas-quadro de investigação.*

Seguindo a distribuição através do método de Hondt, a elaboração deste parecer caberia ao PS. No entanto, e como o relator na 8ª Comissão é o Sr. Deputado José Gomes Ferreira do PSD, que também é membro da CAE, o Sr. Presidente sugeriu ao PS que fosse efectuada uma troca, de modo a que o parecer possa ser elaborado em tempo útil.

O PS concordou.

*- Relatório da 6ª CAEIE sobre a COM (2010) 186 Final - Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Uma estratégia europeia para veículos não poluentes e energeticamente eficientes.*

A elaboração deste parecer cabe ao PS, não tendo ainda sido dada indicação do Deputado que ficará responsável pelo mesmo.

*- COM (2010) 302 Final - Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à concessão de assistência macrofinanceira à República da Moldávia.*

Este parecer caberia ao PSD, mas em face da troca realizada para a elaboração do parecer sobre a COM (2010) 187, ficará sob responsabilidade de um Deputado do GP do PS.

#### **7- Apreciação e votação da acta nº 34 de 22 de Junho de 2010.**

A acta foi aprovada por unanimidade, com a presença do PS, PSD e CDS-PP.

#### **8- Outros Assuntos**

Neste período, o Sr. Presidente da CAE informou os Srs. Deputados de uma audiência concedida a representantes da Comissão Europeia a propósito da iniciativa, recentemente apresentada, sobre uma Agenda Digital para a Europa (COM (2010) 245). A documentação relevante sobre esta matéria foi distribuída e o Sr. Presidente da CAE sugeriu aos GPs que esta matéria fosse objecto de acompanhamento pela CAE, designadamente as várias iniciativas legislativas que, neste âmbito, vierem a ser propostas nos próximo meses.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 Julho 2010.

**O PRESIDENTE**



**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Arménio Santos  
Carlos São Martinho  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Luísa Roseira  
Miguel Vale Almeida  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Vânia Jesus  
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Carlos Costa Neves  
Cecília Honório

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José de Bianchi  
José Ferreira Gomes  
Manuel Seabra